

INFORME



Informativo do **Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais** - Ano IV/ **Julho 2016** - nº 43

Duas Subsecretarias são apresentadas em Plenária do Conselho

A reunião ordinária do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais foi realizada no dia 11 de julho com a apresentação de duas subsecretarias: Regulação em Saúde e de Vigilância e Proteção à Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG).

Nos informes iniciais, o vice-presidente do CESMG, Ederson Alves da Silva, relatou sobre a participação de Minas Gerais na Marcha em Defesa da Saúde, da



Seguridade Social e da Democracia, no dia 6, em Brasília. “Foi um momento de reafirmarmos a força do Controle Social na garantia dos direitos previstos na Constituição, como o acesso à saúde pública”.

Ederson também reiterou o comprometimento da Mesa Diretora com a capacitação dos conselheiros de saúde de todos os municípios. Após o diagnóstico da primeira turma que esteve na Escola de Saúde Pública (ESP-MG), será elaborado um material para que estes conselheiros possam atuar como protagonistas e ter o mesmo nivelamento para cobrar as demandas de sua região.

Lourdes Machado, 1ª Diretora de Comunicação do CESMG, informou sobre o lançamento do site institucional, afirmando que o diferencial deste trabalho é a abertura para inserção de notícias sobre as atividades dos Conselhos Municipais de Saúde, o que está sendo chamado de “Portal dos Conselhos”.

A diretora informou que em reunião realizada com o secretário municipal de Saúde de Belo Horizonte, no dia 7 de julho, e após a mobilização dos usuários/os e trabalhadoras/es da Saúde Mental, o gestor municipal se comprometeu a manter no atual espaço físico o Centro de Convivência São Paulo e as oficinas da Suricato. Foram mais de 1.500 assinaturas de pessoas na Petição Pública e 68 entidades de todo o país que se uniram para defender um trabalho que segue as diretrizes de inclusão social por meio de atividades artísticas de geração e renda.

Também participaram da reunião representantes da Comissão de Aprovados no Concurso de 2014 da SES/MG. Marina Morgado falou pela Comissão e questionou sobre a possibilidade de não prorrogação do concurso, que irá vencer em fevereiro do próximo ano. Segundo ela, apenas 26% dos candidatos aprovados foram nomeados até o momento, em um total de 1.200 pessoas que preencheriam as vagas previstas no edital. *(segue)*

O chefe de Gabinete Lisandro Carvalho de Almeida Lima (SES/MG) citou a crise econômica e a falta de autonomia da gestão neste aspecto, já que a prorrogação é uma decisão da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Exemplificou que o Fundo Estadual de Saúde está alocado no caixa único do Estado, quando deveria estar em conta própria. Ele informou que estão restritos os gastos com o pessoal e suspensas temporariamente as contratações. E acredita que provavelmente o prazo de nomeação do concurso de 2014 será prorrogado por mais dois anos.

Inovações na SES/MG

A subsecretária de Regulação em Saúde, Paula Cambraia de Mendonça Viana, apresentou o Sistema Estadual de Regulação Assistencial e as metas a serem cumpridas para a melhoria do acesso e a qualidade da assistência aos usuários. Entre eles, a revisão do Plano Diretor de Regionalização (PDR) e do fluxo de contratação dos serviços sob a gestão do Estado. “Respeitamos o Controle Social porque é aqui que conseguimos fazer um diagnóstico preciso do SUS”, afirmou a subsecretária.

Rodrigo Said apresentou a Subsecretaria de Vigilância e Proteção à Saúde, explicando seu papel, cenário atual e perspectivas de atuação. Um dos projetos apresentados foi o Telessaúde, que viabilizará o laudo à distância e o prontuário eletrônico, entre outras inovações na assistência. Citou também o “Cuidado com o Cidadão”, que abrange ações preparatórias para as Olimpíadas e Paralimpíadas, previstas a partir de agosto.

Rodrigo mostrou os números crescentes de casos de Dengue, Chikungunya e Zika – inclusive os de recém-nascidos confirmados com microcefalia. Entre outras atribuições de sua subsecretaria, ele ainda falou sobre a meta de diminuição da taxa de letalidade da leishmaniose visceral humana e sobre a finalização do Plano Estadual de Saúde do Trabalhador.

O secretário-geral do CESMG, Jurandir Ferreira, reforçou que as políticas de saúde precisam passar pelo Conselho. “Os conselheiros de saúde precisam conhecer a primeira a situação, aprovar a pauta em Plenário e não apenas serem notificados que as políticas e programas foram aprovados pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB)”.

A Plenária indicou, ao final da reunião, os representantes do CESMG para compor o Comitê de Ética e Pesquisa da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG): Daniel dos Santos (titular) e Júlio Cezar Pereira de Souza (suplente).

A pauta referente à Política Estadual de Saúde Mental foi adiada para a próxima reunião, em agosto.

Mesa Diretora do CES se reúne com Secretário Estadual de Saúde

Na última terça-feira (19/07), a Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CESMG) se reuniu com o Secretário Estadual de Saúde e Presidente do CESMG, Luiz Sávio Souza Cruz. O encontro teve como tema questões pendentes relacionadas à saúde no Estado, como a terceirização do setor, as obras nos hospitais regionais e a nomeação dos concursados. Foram discutidos também assuntos como a gestão do Fundo Estadual de Saúde (FES), a proposta de Projeto de Lei (PL) do CESMG e a falta dos repasses aos municípios, já questionada pelo Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais (COSEMS) e pela Comissão Intergestores Bipartites (CIB).



O Conselho reafirmou com o secretário o comprometimento da não terceirização da saúde. Por outro lado, Souza Cruz direcionou ao seu chefe de gabinete, Lisandro Carvalho, a resolução direta dos temas relacionados à estrutura e funcionamento do CESMG.

Ao abordar as obras dos hospitais regionais, o Secretário afirmou não haver previsão para recebimento de recursos. Quanto ao Hospital do Barreiro, disse que seu orçamento funcionará como qualquer obra de sua dimensão, ou seja: com 50% de recurso nacional, 25% de recurso estadual e o restante dos municípios.

Sobre a gestão do FES, conforme já constatado no Relatório Anual da Gestão (RAG) 2014, o secretário afirmou não possuir governabilidade sobre ele. Dessa forma, o CESMG tomará as providências cabíveis para que o artigo 9º da Lei Federal 8.080/90, e a Lei Complementar 141/2012 sejam cumpridos, a fim de devolver a gestão do Fundo ao Secretário de Saúde. Por último, para debater a situação dos concursados será marcada uma reunião com o Chefe de Gabinete, que se comprometeu a acompanhar o processo, a comissão dos concursados, o CESMG e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG).



Ato Público em Defesa da Previdência Social e Saúde Pública (12 de julho) - O Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social em Minas Gerais (SINTSPREV) se manifestou contra as ameaças enfrentadas pela Previdência Social e Saúde Pública, na Praça Sete.

Conselho Estadual de Saúde participa da Marcha em Defesa da Saúde, da Seguridade e da Democracia



O Conselho Estadual de Saúde esteve em Brasília, no dia 6 de Julho, para participar da Marcha da Saúde, da Seguridade e da Democracia. Segundo o Conselho Nacional de Saúde (CNS), cerca de 5 mil pessoas se manifestaram, incluindo um dirigente sindical argentino e diversos parlamentares.

No ato, ainda compareceram vários movimentos sociais, conselheiros municipais e estaduais de todo o país, unidos em defesa do

Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social e da Previdência Social como políticas públicas de proteção social, dever do Estado e direito dos cidadãos.

A concentração foi às 9h na Catedral e seguiu até a Esplanada dos Ministérios, contando ainda com a realização de audiência pública. Os manifestantes se mostraram contrariados com cortes anunciados pelo governo interino e com falas recentes do atual Ministro da Saúde, Ricardo Barros, a respeito da necessidade de redimensionamento do SUS. Sobre a marcha, o vice-presidente do CESMG, Ederson Alves da Silva, disse: “Nosso intuito é demonstrar e reafirmar a força do Controle Social na garantia de direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal, como o acesso universal à saúde pública de qualidade. Não aceitaremos nenhum direito a menos”.

Entidades como o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP- MG), o Sindicato de Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte (Sindibel), o SINTSPREV-MG (Sindicato dos Trabalhadores da Previdência de Minas Gerais), o Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais (PSind-MG), o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-MG), o Conselho Regional de Enfermagem (Coren-MG), a TransVida e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) estiveram juntas contra os retrocessos que vêm repercutindo na assistência prestada à população brasileira.



CMS de Passos contra a PEC 216/16 (4 de julho) – O Conselho Municipal de Saúde de Passos (*foto*) se manifestou contra a PEC 241/16, que propõe reduzir os gastos públicos; proibindo a realização de novos concursos públicos e reformando os planos de carreira para reduzir despesas. Foram pautados assuntos como o fechamento de leitos da Santa Casa de Passos, a falta de cobertura das PSF's. Além da palestra do enfermeiro Leandro, os conselheiros Elcimara e Ailton Donizete colaboraram ao pontuar questões a situação do Hospital Otto Krakauer e a implantação do Caps- Infantil.

Política de Gestão Hospitalar é destaque na CIB

No dia 13 de julho aconteceu a reunião mensal da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) na Cidade Administrativa, que foi acompanhada pela Mesa Diretora do CESMG. O secretário de Estado de Saúde, Sávio Souza Cruz, abriu a reunião informando o orçamento total de R\$ 217,5 milhões para a Rede Estadual de Saúde. Segundo ele, os recursos serão utilizados, prioritariamente, para um “distensionamento na inadimplência”, com a premissa de que todos os compromissos serão quitados até o final de julho. Outra prioridade citada pelo secretário é o Pró-Hosp/ Gestão Compartilhada, voltada para a política de gestão hospitalar.



Essa política foi amplamente discutida quando entrou em pauta a aprovação de alocação de recursos financeiros de Fonte Federal e Fonte Estadual para a ativação e funcionamento do Hospital Regional de Uberaba. Segundo a subsecretária de Políticas e Ações de Saúde, Maria Turci (SES/MG), o hospital será aberto em três etapas, sendo a primeira com a ativação de 51 leitos.

Na proposta apresentada, os recursos seriam provenientes de Fonte Federal, do Teto Financeiro Média e Alta Complexidade (MAC) do município e do Pró-Hosp/ Gestão Compartilhada. Na primeira etapa, prevista para 4 meses, o repasse seria de R\$ 2,5 milhões. Na segunda etapa, de 5 a 8 meses, de R\$ 4 milhões. E, na terceira etapa, a partir de 9 meses, de R\$ 5 milhões. Sendo que, em todas as etapas, a pactuação de recursos seria 50% federal, 25% estadual e 25% municipal.

O secretário municipal de saúde de Uberaba, Marco Túlio Azevedo Cury, disse que as obras se arrastaram por anos e que hoje o hospital está concluído, com equipamentos instalados (um investimento de R\$ 13 milhões) e pessoal contratado. A formalização na CIB é um protocolo solicitado pelo Ministério da Saúde para regularizar a unidade e habilitá-la a funcionar. “A discussão sobre os recursos para custeio é posterior, o mais importante agora é regularizar o hospital para que ele comece a atender a população, a demanda na região é muito grande”, afirmou Túlio.

A discussão foi levada à Plenária, que questionou sobre todos os demais hospitais regionais que estão com as obras paradas. Também foi mencionada a ausência de uma Política de Gestão Hospitalar abrangente, que pudesse mostrar as diretrizes da implementação das unidades em todo o Estado, com base em vazios assistenciais, alocação de recursos e gestão.

Diante dos fatos apresentados, o presidente do COSEMS, José Maurício Rezende, sugeriu que a pauta da Política de Gestão Hospitalar, com ênfase no Hospital Regional de Uberaba, fosse analisada pela Câmara Técnica. Em relação ao hospital, a pauta seria aprovada antecipadamente por mérito.

Também foram pactuadas as pautas sobre o Programa de Educação Permanente (PEP) para os médicos de família, a inclusão e programação de recursos financeiros para a saúde Auditiva na Região de Saúde Ampliada Norte, entre outras.

Estiveram presentes, pela Mesa Diretora do CESMG, o vice-presidente Ederson Alves (CUT-MG), o 2º secretário Renato Barros (SindSaúde-MG) e a 1ª Diretora de Comunicação, Lourdes Machado (CRP-MG). Também esteve presente o secretário-executivo da Mesa de Negociação Permanente do SUS, Roges Carvalho.

CIB discute políticas de Gestão Hospitalar

Foi realizada na última quinta-feira (21/07) a reunião de agenda única da Câmara Técnica da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Minas Gerais (CIB-SUS /MG). O encontro foi composto pela Comissão de Política Hospitalar e da Comissão da SES/COSEMS PPI, com a seguinte pauta: Subsecretaria de Políticas de Ações de Saúde.

Atualmente, o Estado não possui uma política que define os critérios para o recebimento de recursos, o que não deixa de ser uma das justificativas para os atrasos de obras e a não entrega dos 12 hospitais regionais em Minas Gerais.



Na reunião anterior (13/07), o secretário de Estado de Saúde, Luiz Sávio Souza Cruz, informou a disponibilização de R\$ 217, 15 milhões para a saúde no mês de julho. Segundo o secretário, esse valor seria direcionado para o que foi classificado pelo próprio de “distencionamento na inadimplência”. Neste encontro, as principais questões pautadas foram a discussão e aprovação “ad-referendum” do Plenário da CIB para a aprovação e funcionamento do Hospital Regional de Uberaba, onde foi decidida que a alocação dos recursos seria dada somente quando a Câmara Técnica definir quais são os critérios para o funcionamento e custeio dos Hospitais Regionais.

O hospital, que custou aproximadamente R\$ 30 milhões de reais, está com 95% da sua estrutura pronta, porém ainda não iniciou os atendimentos. Na deliberação, foi decidido que os valores de Fonte Estadual serão repassados ao Fundo Municipal de Saúde de Uberaba. No entanto, este recurso será liberado somente após ocorrer o repasse de recursos federais e ainda assim, serão divididos em fases, de acordo com os avanços das etapas de funcionamento do hospital.

Representados pelos membros da mesa diretora e conselheiros José do Carmo Fonseca e Renato Barros, o CES pediu para que não fosse permitida que a Gestão fosse feita por entidades inidôneas e/ou impedidas judicialmente por processos irregulares. Os conselheiros ainda enfatizaram que os custeios do Estado não sejam entregues a Organizações Sociais. Conforme a pactuação proposta e aprovada na Comissão Intergestores Regional Ampliada do Triângulo Sul (CIRA), é estabelecida a divisão de recursos da seguinte forma: 25% de fonte estadual, 25% municipal e 50 % federal.

Por outro lado, foi aprovado o repasse de recursos financeiros para o custeio das ações do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora de Caratinga, localizado em Caratinga, na região Leste do Estado. A aprovação, que possui caráter emergencial, obterá a liberação de R\$ 500 mil reais. Atualmente, o hospital atende cerca de 250 mil pessoas.

Quanto às questões relacionadas às Cirurgias Eletivas (Subsecretaria de Regulação em Saúde), será aguardada a definição da SES para a continuação da discussão.

CIST debate nova Política Estadual de Saúde do Trabalhador



Com o objetivo de garantir e melhorar as políticas de saúde da trabalhadora e trabalhador, a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST) planeja renovar e adotar uma atuação mais forte nesta área. A CIST estreitará a parceria com os Centros de Referência à Saúde do Trabalhador (CEREST), objetivando a melhoria das atividades de prevenção, promoção e recuperação e monitorando os resultados e metas alcançados, na busca de melhorias contínuas no padrão de assistência.

Conforme a Constituição, o direito à saúde é fundamental para a dignidade humana. Em um Estado como Minas Gerais, com 853 municípios e realidades muito diferentes, a CIST atuará atendendo o trabalhador de forma ampla, sendo ativo ou não. Nesse cenário estão os aposentados, os desempregados, os que receberam alta na perícia do INSS (perícias médicas), as trabalhadoras (es) das indústrias, os agrários, os servidores públicos; o que inclui servidores da educação, saúde, limpeza, assistência social e outras áreas. A meta é promover medidas que visam desde campanhas educativas de prevenção aos acidentes de trabalho em diferentes cenários até o acompanhamento individual das trabalhadoras (es) doentes, sempre visando o contexto de cada trabalhadora (or) e sua localidade. Antônio de Pádua, coordenador da CIST-MG, defende o princípio da intersetorialidade, onde cada região do Estado terá um representante. “Uma diretriz coletiva, visando o individual”, afirma.

Para isso, é importante pensar também no empoderamento daqueles que já atuam no Controle Social e na política de saúde no trabalho. Hoje, apenas 32% dos municípios em Minas Gerais contam com a atuação de CEREST's, o que enfatiza ainda mais a importância da nova política adotada pela CIST, uma vez que são órgãos que atuam de forma conjunta por dentro dos conselhos.

A questão da atuação feminina no mercado de trabalho, tão discutida atualmente traz a preocupação em propor novas medidas. Segundo o último Censo, realizado em 2010, a participação da mulher no mercado de trabalho cresceu de 50% para 55 %. É preciso considerar que a mulher possui sua jornada de trabalho, além dos cuidados com filhos e afazeres domésticos. Assim, a CIST assume também esse papel de atuar em defesa da saúde da trabalhadora.

“A proposta é levar a CIST para o chão da fábrica, discutindo o relatório final da Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e Trabalhadora”, diz Djalma Rocha, conselheiro estadual pela CUT-MG. Rocha ainda diz que a CIST possui uma linha de gestão diferenciada, onde a ideia de consenso prevaleça: “Queremos atuar de forma propositiva”, enfatiza.

A CIST na prática

Baseada na 4ª Conferência de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, realizada em 2014, a CIST atuará na execução das medidas como o fortalecimento dos conselhos de saúde e, respectivamente de seus conselheiros. Outra meta é levar os CEREST's para as áreas rurais e indígenas, fortalecendo as unidades distritais e municipais. Diante dos retrocessos que a saúde vem sofrendo, nunca foi tão crucial trabalhar em defesa da saúde. Assim, questões como a precarização daqueles que trabalham com contratos terceirizados e até mesmo as perdas de direitos que os trabalhadores sofrem são questões a serem trabalhadas pela CIST em suas reuniões.

Discutir medidas de segurança para trabalhador e trabalhadora é nada menos do que visar segurança desde a sua prevenção no ambiente de trabalho até assegurar os direitos do trabalhador quando se aposenta. São inclusos também afastamentos por motivo de doença e licenças maternidade.

CIST discute elaboração de cartilha e informativo

Em sua primeira reunião ordinária, membros da CIST- MG discutiram a criação da sua nova cartilha, além de discutirem a atuação das CEREST's em todo o Estado. Membros de entidades como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), a Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (FUNDACENTRO), Conselho das Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais (COSEMS) a Secretaria do Estado de Saúde (SESMG) e a própria Central Única dos Trabalhadores (CUT-MG) trouxeram diferentes cenários da saúde do trabalho no Estado para que o ideal de consenso defendido pela comissão fosse da forma mais ampliada possível.

Para Ederson Alves, dirigente da CUT-MG e vice-presidente do CES-MG é crucial a presença da CIST dentro dos Conselhos Municipais de Saúde, para que, de fato a saúde do trabalhador esteja protegida, assegurando também o que fora acordado na 8ª Conferência Nacional de Saúde. A distribuição de cartilha, além do informativo é uma forma eficiente de aproximar Conselhos, trabalhadoras e trabalhadores da CIST por meio dos conselhos e CEREST's.

Inicialmente, era planejada a implantação de CEREST's em todas as cidades com mais de 50 mil habitantes em Minas, porém, o projeto foi adiado para 2017. O idealizado foi a criação de mais 18 CEREST's desde 2011; no entanto, não foram criadas sequer três unidades. Djalma Rocha ainda pontuou que os municípios precisam participar dessa discussão justamente porque, na maioria das vezes, eles desconhecem a proposta da CIST. O Ministério da Saúde repassa valores em dinheiro para a saúde do trabalho, sendo que os CEREST's deveriam embolsar a metade desse valor, o que não ocorre. “Cidades como Ipatinga e Juiz de Fora possuem CEREST's muito antigos e ainda assim, não recebem esses recursos. “Os municípios precisam saber como e de onde vem a verba, e a cartilha seria uma ótima forma de informa-los”, aponta Djalma Rocha.

Marta Freitas, diretora da saúde do trabalhador da SESMG, ainda relembrou os diferentes cenários da saúde do trabalho em Minas, como por exemplo, o caso dos trabalhadores rurais. Rômulo Freitas, assessor de políticas salariais da FETAEMG, salientou que, na maior parte dos casos, o trabalhador não tem a devida noção sobre a importância da preservação da saúde do trabalho. Dessa forma, o trabalhador não leva a sério um corte adquirido na plantação ou até mesmo a importância de manter uma boa postura. Marta ainda citou que os casos de tétano vêm crescendo em todo o Estado.



LDO pronto para votação (04 de julho) - O Projeto de Lei (PL) 3.542/16, do governador, que traz a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de Minas Gerais para o exercício de 2017, está pronto para discussão e votação em turno único do Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A proposta do governador estima a receita total em R\$ 88,7 bilhões e a despesa total em R\$ 97,2 bilhões, projetando-se um déficit fiscal de R\$ 8,5 bilhões.



Reunião da CERP (5 de julho) – Ocorreu reunião mensal da Comissão Estadual de Reforma Psiquiátrica (CERP), para discutir a política de redução de danos.



Câmara Técnica discute o Plano Estadual de Saúde 2016/2019 – Em julho, a Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento do SUS se reuniu todas as semanas para a análise do Plano Estadual de Saúde (PES) 2016-2019. Visando a gestão neste triênio, foram pautadas as metas a serem cumpridas a partir da 8ª Conferência Estadual de Saúde, ocorrida em setembro do ano passado. A cada reunião, foram discutidas ações específicas como a saúde do homem, a saúde para a pessoa privada de liberdade (sistema prisional) e também referente ao tabagismo. Para os conselheiros, esses encontros são a oportunidade para que possam tomar conhecimento dos indicadores assistenciais de saúde em Minas nos últimos anos, podendo assim decidir pelo aprimoramento desses indicadores para a melhoria da saúde e da vida da população mineira. É necessário pensar de forma ampla essas necessidades, considerando perfis como o epidemiológico, demográfico e socioeconômico de cada região do Estado.

Neste contexto, a participação de conselheiros representando a sociedade civil, juntamente com os técnicos da Secretaria Estadual de Saúde (SES) procura produzir um trabalho que certamente favorecerá o SUS em Minas Gerais. Para o coordenador da Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento, José Pereira de Souza, desenhar um Plano na projeção de 2016 a 2019 é o ideal para que o CES analise e pontue onde há conflito entre o proposto pela SES e a legislação (considerando nível estadual e nacional) vigente. Segundo ele, é preciso que haja o alinhamento dessas propostas para que, de fato, os planos sejam efetivados.

Vale destacar os avanços conquistados, como o aumento previsto de 80% dos recursos para a atenção básica. Ou seja, é a garantia de que, gradualmente, os serviços de saúde mais relevantes para a população são exercidos com mais qualidade. Por outro lado, existe também a preocupação com a saúde mental no Estado, sendo que, houve a discussão sobre o modelo de substituição para os antigos manicômios. Vale pontuar ainda a avaliação realizada sobre a qualidade da atenção prestada pelas comunidades terapêuticas e os possíveis encaminhamentos sobre este serviço.

Na prática, a execução do PES é a concretização do repasse de recursos para a realização dos programas e ações de saúde no Estado, além de aquisição de equipamentos e até mesmo a realização de obras. A partir do que é pontuado nessas reuniões é que as propostas são levadas até a Plenária do Conselho para serem aprovadas ou não. Na próxima semana, a discussões terão sequência, detalhando outros programas e especificando as necessidades de cada região do Estado.

Reunião de grupo de trabalho (12 de julho) – O grupo de trabalho se reuniu para avaliar os esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG) sobre questões levantadas pelo CESMG quanto à Programação Anual de Saúde (PAS) de 2016.



Oficina da Ouvidoria de Saúde do Estado (20 de julho) – O Conselho Estadual de Saúde (CESMG) esteve na Cidade Administrativa para participar da Oficina da Ouvidoria de Saúde do Estado de Minas Gerais, ministrada pela ouvidora estadual de Saúde, Conceição Rezende. Ao longo do dia, os dirigentes discutiram não só as medidas cabíveis para uma ouvidoria eficiente no Estado, o que inclui sua regionalização, como os desafios a serem superados, como a demanda de 32% de passividade do sistema entre o período de junho de 2015 a maio de 2016.



Minas Gerais propõe Frente em Defesa do SUS

Na noite do dia 28 de julho, movimentos sindicalistas e populares se reuniram na Faculdade de Medicina da UFMG para a Plenária em Defesa da Saúde e Democracia. Diante dos retrocessos sofridos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), lideranças e trabalhadores da saúde de Minas Gerais apresentaram propostas para a criação da Frente em Defesa do SUS em Minas Gerais. Estiveram presentes movimentos como Povo sem Medo e integrantes do Ocupa SUS, que ficou durante quase um mês no prédio do Ministério da Saúde em BH.



Conforme definida na Constituição de 1988, o direito a saúde é a garantia não só de acesso gratuito a postos de saúde, hospitais e remédios como também a qualidade de vida de toda a sociedade. A criação de propostas como a PEC 241 (congelamento de gastos públicos) e o corte de 2/3 dos gastos com a saúde pública em 2016, levaram entidades e trabalhadores da saúde em Minas Gerais a se reunirem para proporem medidas que viabilizem de fato a criação da Frente. Coordenados pela coordenadora do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Sonia Mara Maranhão e pelo professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Antônio Thomaz Gonzaga da Matta Machado, os presentes se dividiram em grupos para elaborarem as propostas. Antes da dinâmica, Sonia Maranhão ainda falou sobre o atual momento político e econômico do Brasil e da exploração dos trabalhadores da saúde. Por sua vez, Antônio Machado optou em relembrar a parceria da UFMG na criação do SUS, relembrando que, desde os anos 1970, a instituição já propunha uma política de saúde pública.

De acordo com a médica sanitária e pesquisadora da UFMG, Maria Angélica de Sales Dias, o SUS ainda está em processo de construção. Dessa forma, é preciso que haja melhorias na qualidade dos serviços prestados, ainda que seja crucial manter as conquistas realizadas. Para a médica, o grande diferencial do SUS com os Planos de Saúde é o atendimento humanizado. “Qualidade é querer ver o paciente bem. A saúde exige troca”, esclareceu. Dias ainda relembrou que a mobilização de todos é o grande diferencial para a conscientização da sociedade sobre a saúde no Brasil hoje e ainda enfatizou que a falta do SUS gera a desassistência da população. O vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CESMG), Ederson Alves, disse que a Frente precisa conquistar de fato o SUS, começando pelas ruas. Alves ainda ressaltou o comprometimento do CESMG com a criação e difusão da Frente.

Além disso, entidades como o Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais (SIND-SAÚDE/MG), Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais (SINTTEL-MG), Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte (SINDIBEL) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT- MG) juntamente com o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CESMG) também estavam presentes. “Ao longo das décadas, a psicologia vem sendo convocada a defender a Política Pública de Saúde e segue reafirmando seu compromisso com a universalidade do SUS como resultado do processo democrático. Sindicato das/dos Psicólogas e Conselho Regional de Psicologia também seguem presentes em defesa da saúde no Estado”, disse Lourdes Machado, diretora do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais (Psind- MG) e representante do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG) no CESMG.

➔ **Mantenha atualizado o cadastro de seu Conselho Municipal de Saúde no CADCES-MG. Assim, seu CMS sempre receberá informações sobre o Controle Social mineiro.**

O Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais tem um novo site institucional, onde podem ser acessadas informações relevantes sobre o Controle Social mineiro. Confira:
<https://ces.saude.mg.gov.br>

Acompanhe o CESMG no Facebook, mais fotos e informações atualizadas:
<https://www.facebook.com/Conselho-Estadual-de-Saúde-de-Minas-Gerais-Cesmg>



Expediente:

O INFORME CES-MG é uma publicação do *Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais*, editado por sua Assessoria de Comunicação. É permitida a reprodução de matérias, desde que citada a fonte. O artigo assinado é de responsabilidade do autor e não expressa, necessariamente, a opinião da instituição. Esta publicação pertence ao **Controle Social** do Estado de Minas Gerais. Por isso, aceita contribuições que acrescentem informações relevantes ao exercício de nossas atividades – qualificando, cada vez mais, nosso trabalho e, conseqüentemente, a saúde pública mineira. Artigos, notícias e demais colaborações podem ser encaminhadas nos contatos citados neste expediente.

Mesa Diretora CES-MG:

Presidente: Sávio Souza Cruz (SES/MG)
 Vice-presidente: Ederson Alves da Silva (CUT-MG)
 Secretário-geral: Jurandir Ferreira (CNBB)
 1º Secretário: Júlio César Pereira de Souza (FAMEMG)
 2º Secretário: Renato de Almeida Barros (SINDSAÚDE-MG)
 3º Secretário: José do Carmo Fonseca (SINDHOMG)
 1ª Diretora de Comunicação e Informação do SUS:
 Lourdes Aparecida Machado (CRP-MG)
 2º Diretor de Comunicação e Informação do SUS:
 Rubens Silvério da Silva (FAMEMG)
Secretaria Executiva: Eleciania Tavares

Assessoria de Comunicação

Jornalista responsável:
 Michèlle de Toledo Guirlanda – Mtb 5045
 Estagiários: Camila Marques e Gabriel Moraes

Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais

Rua Rio de Janeiro, 471 – 10º andar - Centro
 Belo Horizonte/ MG – CEP 30.160-040
 Telefones: (31) 3215-7209/ 7210/ 7208 Fax: (31) 3215-7468
<https://ces.saude.mg.gov.br>
 e-mail: ces@saude.mg.gov.br
 Facebook: / <https://goo.gl/U1X7Pj>